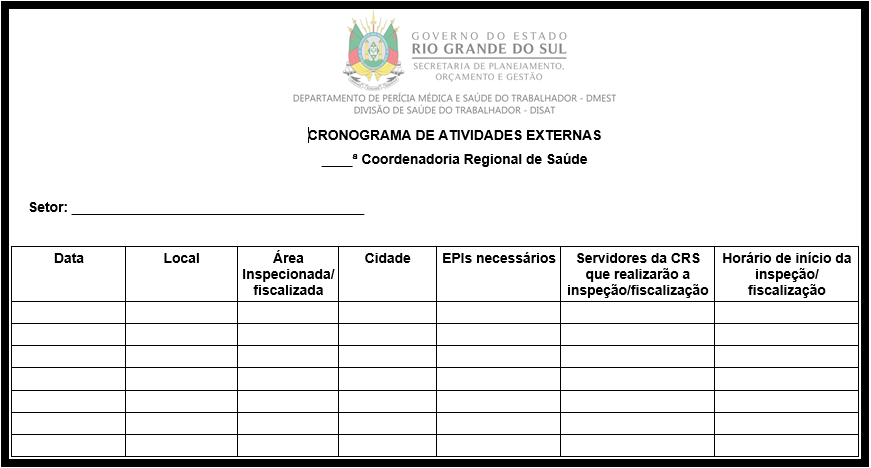
**ILUSTRÍSSIMO/A SENHOR/A CHEFE DA DIVISÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR (DISAT)**

**SETOR \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** vinculado ao Departamento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ da Secretaria Estadual da Saúde, que congrega os servidores \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem, respeitosamente, perante Ilustre presença, apresentar a presente **MANIFESTAÇÃO** em face da solicitação do **DISAT/DMEST/SEPLAG** para preenchimento de cronograma de atividades externas, nos termos que seguem:

OU

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, brasileiro/a, servidor/a estadual, Identidade Funcional n. XXXX, lotado no Departamento XXXXXX, especificamente no setor XXXXX, vem, respeitosamente, perante Ilustre presença, apresentar a presente **MANIFESTAÇÃO** em face da solicitação do **DISAT/DMEST/SEPLAG** para preenchimento de cronograma de atividades externas, nos termos que seguem:

No dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, foi recebida, através do *e-mail* institucional, a solicitação do **DISAT/DMEST/SEPLAG** para preenchimento de cronograma de atividades externas a serem realizadas nos próximos 90 (noventa) dias e no período anterior aos 90 (noventa) dias. Para facilitar a visualização, segue recorte da planilha recebida para preenchimento:



Diante da solicitação administrativa recebida, faz-se necessária a apresentação de breves esclarecimentos.

Primeiramente, é importante relembrar que a pandemia instalada pelo COVID-19 impactou diretamente na rotina de trabalho e, sobretudo, no cronograma de atividades desempenhadas e a serem desempenhadas pelos servidores, haja vista a necessidade de observância às orientação de distanciamento social, teletrabalho, revezamento de servidores e etc... previstas no Decreto Estadual n. 55.240, de 10 de maio 2020, atualizado até o Decreto n. 55.609, de 30 de novembro de 2020.

Aliás, a pandemia instalada trouxe um cenário bastante variável e mutável em relação ao desempenho das atividades funcionais, fazendo com que o cronograma de atividades seja constantemente modificado conforme a necessidade do atual momento vivenciado – até porque se está diante da Secretaria de Estado diretamente e intrinsecamente envolvida neste momento inédito vivenciado pela humanidade. Por exemplo, desde março/2020, quando iniciado o plano de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no território estadual, muitos eventos ocorreram e impactaram diretamente no cronograma de atividades funcionais externas e internas – tanto que editados diversos Decretos Estaduais[[1]](#footnote-1), desde maio/20, tentando, na medida do possível, gerenciar a crise sanitária.

Ademais, a necessidade de observância às medidas permanentes e segmentadas de prevenção e de enfrentamento à epidemia dispostas no Decreto Estadual n. 55.240/20[[2]](#footnote-2) também impactaram nas atividades internas e externas realizadas. Vejamos:

Ademais, em que pese necessário, o próprio Decreto Estadual n. 55.240/20 trouxe impactos ao cronograma de atividades externas e internas a serem realizadas. Vejamos:

CAPÍTULO VI - DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS no ÂMBITO da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 25. Os órgãos e as entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão adotar, para fins de prevenção da transmissão do novo Coronavírus, no que couber, as medidas permanentes e segmentadas determinadas neste Decreto, observadas as medidas especiais de que trata este capítulo.

Seção I - Da aplicação de quarentena aos agentes públicos

Art. 26. Os Secretários de Estado e os Dirigentes máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão, no âmbito de suas competências, determinar o afastamento, imediatamente, em quarentena, pelo prazo mínimo de quatorze dias, das atividades em que haja contato com outros servidores ou com o público todos os agentes, servidores e empregados públicos, membros de conselho, estagiários e colaboradores que apresentem sintomas de contaminação pelo novo Coronavírus ou que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo aos militares e aos servidores com atuação nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Agropecuária, bem como dos empregados da Fundação de Atendimento Sócio Educativo e da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, que observarão regramento específico.

Seção II - Do regime de trabalho dos servidores, empregados públicos e estagiários

Art. 27. Os Secretários de Estado e os Dirigentes máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta adotarão, para fins de prevenção da transmissão do novo Coronavírus, as providências necessárias para, no âmbito de suas competências:

I - estabelecer que os servidores desempenhem suas atribuições em domicílio, em regime excepcional de teletrabalho, na medida do possível e sem prejuízo ao serviço público;

II - organizar, para aqueles servidores ou empregados públicos a que não se faz possível a aplicação do disposto no inciso I deste artigo, bem como para os estagiários, escalas com o revezamento de suas jornadas de trabalho, sempre que possível, dispensando-os, se necessário, do comparecimento presencial, sem prejuízo de suas remunerações ou bolsas-auxílio.

Parágrafo único. Terão preferência para o regime de trabalho de que trata o inciso I do "caput" deste artigo os servidores:

I - com idade igual ou superior a 60 anos, exceto nos casos em que o regime de teletrabalho não seja possível em decorrência das especificidades das atribuições, bem como nos casos dos servidores com atuação nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Agropecuária, bem como os empregados da Fundação de Atendimento Sócio Educativo e da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul;

II - gestantes;

III - portadores de doenças respiratórias ou imunodepressoras; e

IV - portadores de doenças que, por recomendação médica específica, devam ficar afastados do trabalho durante o período de emergência de que trata este Decreto.

Seção VI - Da convocação de servidores públicos

Art. 31. Ficam os Secretários de Estado e os Dirigentes Máximos das entidades da administração pública estadual direta e indireta autorizados a convocar os servidores cujas funções sejam consideradas essenciais para o cumprimento do disposto neste Decreto, especialmente aqueles com atribuições de fiscalização e de perícia médica, dentre outros, para atuar de acordo com as escalas estabelecidas pelas respectivas chefias.

Seção VIII - Das demais medidas de prevenção no âmbito da administração pública estadual

Art. 33. Os órgãos e as entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão adotar, para fins de prevenção da transmissão do novo Coronavírus, as seguintes medidas:

I - manter o ambiente de trabalho bem ventilado, com janelas e portas abertas, sempre que possível;

II - limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência;

III - evitar aglomerações e a circulação desnecessária de servidores;

IV - vedar a realização de eventos com mais de trinta pessoas.

Perceba, portanto, que, de qualquer forma, as atividades funcionais realizadas durante o período da pandemia não refletem, de fato, a realidade de trabalho costumeiramente desempenhada pelos servidores, visto que houve diversas adaptações para o desempenho das atividades funcionais.

Ademais, sob outro ponto de vista, é importante relembrar que os servidores ocupantes do cargo de Especialista em Saúde trabalham em **regime de dedicação exclusiva**, o que implica na disponibilidade dos servidores para atender, a qualquer momento, necessidade de serviço, quando devidamente convocados, nos termos do art. 28 da Lei Estadual n. 13.417/2010. Em termos práticos, portanto, quando iniciado, por exemplo, o plano de vacinação, no território estadual, há a possibilidade de servidores serem convocados, ante o regime de dedicação exclusiva, para atender à necessidade de serviço; assim como há a possibilidade de, futuramente, os servidores serem convocados para alguma espécie de Força de Trabalho frente à grave situação instalada pelo COVID-19.

Ainda, outro esclarecimento importante corresponde ao fato de os servidores estaduais, em que pese lotados e em efetivo exercício perante o mesmo Departamento/Setor, possuem especialidades diferentes e, por conseguinte, atribuições e atividades funcionais. Isto posto, não é razoável, tampouco proporcional tratar, de forma genérica e ampla, as atividades desenvolvidas pelos servidores estaduais considerando tão somente o Departamento/Setor ao qual estão vinculados, diante das peculiaridades individuais relacionadas às atividades funcionais.

É imperioso que as atividades e o cronograma de atividades sejam apresentados e avaliados, **DE FORMA INDIVIDUAL**, considerando as atividades desenvolvidas por cada servidor lotado e em efetivo exercício e, sobretudo, considerando a realidade de trabalho regular, ainda que sejam vinculados ao mesmo Departamento/Setor. Por exemplo, no mesmo ambiente de trabalho, há Especialista em Saúde, na especialidade de Administrador e na especialidade de Farmacêutico, por decorrência lógica, ambos servidores terão atividades e cronograma de atividades funcionais bastante distintas entre si, ainda que sejam ocupantes do mesmo cargo e vinculados ao mesmo Departamento/Setor.

Por isso, diante dos breves esclarecimentos apresentados, há uma impossibilidade de atender, de forma genérica e ampla, à solicitação encaminhada, através do *e-mail* institucional, pelo DISAT/DMEST/SEPLAG.

De qualquer forma, coloca-se à disposição para atender à solicitação de preenchimento de cronograma de atividades, de forma **INDIVIDUAL**, caso seja necessário. No entanto, nos termos da exposição, destaco a dificuldade de atender à solicitação, diante da **imprevisibilidade** em torno dos eventos futuros que impactarão diretamente no cronograma de atividades dos próximos 90 (noventa) dias e, sobretudo, diante do comprometimento das atividades funcionais realizadas durante o período da pandemia, visto que houve diversas adaptações para o desempenho das atividades funcionais.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Alegre/RS, 17 de dezembro de 2020.

**SETOR \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

OU

**SERVIDOR/A REQUERENTE**

**Identidade Funcional n. XXXX**

1. Disponível em <[*https://www.pge.rs.gov.br/boletim-normativo-coronavirus*](https://www.pge.rs.gov.br/boletim-normativo-coronavirus)> Acesso em 16 de dezembro de 2020. [↑](#footnote-ref-1)
2. Art. 11. As medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19 definidas neste Decreto classificam-se em:

   I - permanentes: de aplicação obrigatória em todo o território estadual independentemente da Bandeira Final aplicável à Região;

   II - segmentadas: de aplicação obrigatória nas Regiões, conforme a respectiva Bandeira Final, com intensidades e amplitudes variáveis, definidas em Protocolos específicos para cada setor.

   Subseção I - Das medidas sanitárias permanentes nos estabelecimentos

   Art. 13. São de cumprimento obrigatório, em todo o território estadual, independentemente da Bandeira Final de cada Região, por todo e qualquer estabelecimento destinado a utilização simultânea por várias pessoas, de natureza pública ou privada, comercial ou industrial, fechado ou aberto, com atendimento a público amplo ou restrito, devendo o responsável cumpri-las e, quando for o caso, exigir o seu cumprimento pelos empregados, clientes ou usuários, as seguintes medidas permanentes de prevenção à epidemia de COVID-19:

   I - determinar a utilização de máscara facial pelos empregados e exigir a sua utilização por clientes e usuários, para ingresso e permanência no interior do recinto;

   II - higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (mesas, equipamentos, cardápios, teclados, etc.), preferencialmente com álcool em gel setenta por cento ou outro produto adequado;

   III - higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada três horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, as paredes, os forro e o banheiro, preferencialmente com água sanitária ou outro produto adequado;

   IV - manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso, álcool em gel setenta por cento, para a utilização dos clientes e dos funcionários do local;

   V - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar-condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

   VI - manter disponível "kit" completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes, usuários e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel setenta por cento e toalhas de papel não reciclado;

   VII - manter louças e talheres higienizados e devidamente individualizados de forma a evitar a contaminação cruzada;

   VIII - adotar sistemas de escalas, de revezamento de turnos e de alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de seus funcionários;

   IX - diminuir o número de mesas ou estações de trabalho ocupadas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre elas, diminuindo o número de pessoas no local e garantindo o distanciamento interpessoal de, no mínimo, dois metros;

   X - fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz para evitar filas ou aglomeração de pessoas;

   XI - dispor de protetor salivar eficiente nos serviços ou refeitórios com sistema de "buffet";

   XII - manter fixado, em local visível aos clientes e funcionários, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19;

   XIII - instruir seus empregados acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada turno, da utilização de produtos assépticos durante o desempenho de suas tarefas, como álcool em gel setenta por cento, da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho, bem como do modo correto de relacionamento com o público no período de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19;

   XIV - afastar, imediatamente, em quarentena, pelo prazo mínimo de quatorze dias, das atividades em que haja contato com outros funcionários ou com o público todos os empregados que apresentem sintomas de contaminação pela COVID-19, conforme o disposto no art. 45 deste Decreto, assim bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado.

   Parágrafo único. O distanciamento interpessoal mínimo de dois metros de que trata o inciso IX deste artigo pode ser reduzido para o mínimo de um metro no caso de utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs adequados para evitar contaminação e transmissão do novo Coronavírus. [↑](#footnote-ref-2)